

Ainda é prematuro falar em reativação da economia. Mas já surgem, aqui e ali, indícios de que a atividade industrial está em processo de recuperação, mesmo que tímido. Da parte dos empresários, a atitude é de expectativa, mas muitos deles confiam em que, sem grandes saltos, o ritmo pode intensificar-se de ora em diante, sem gerar pressões inflacionárias.

É significativo, por exemplo, o aumento de vendas verificado na indústria de papelão para embalagens, que, dada a amplitude de seus fornecimentos, proporciona um bom indicador quanto ao movimento dos negócios. Como noticiou este jornal, as vendas do setor em julho registraram o maior volume desde o início de 1991. A elevação não foi muito grande (de 94 mil toneladas em junho para 105 mil toneladas no último mês), mas faz presunção que a curva poderá continuar ascendente, quanto mais não seja por influência de fatores sazonais, uma vez que a demanda tradicionalmente é mais aquecida no segundo semestre.

Há outros setores em que se constata crescimento de vendas, como as indústrias de

autopeças, pneus, de macarrão e outros alimentos. São dados ainda fragmentários, é verdade, mas há razão para crer que se encontra uma recuperação mais ou menos generalizada. O índice de pessoal ocupado da FIESP mostra que, até a terceira semana de julho, houve um crescimento de 0,77%, representando a criação de 13.450 novos postos de trabalho em relação ao mês anterior. Estamos ainda bem longe da absorção dos milhares de empregos perdidos desde o primeiro semestre de 1990, mas é animador constatar que, a partir de maio deste ano, o índice da FIESP passou a apresentar pequenas variações positivas. Se essa ascensão prosseguir gradualmente, ela será sob todos os aspectos bem-vinda.

O que ninguém deseja são bruscas modificações na conjuntura neste momento crucial. É natural que empresas industriais e comerciais estejam aguardando maior movimento

Teste de maturidade

com a liberação parcelada, a partir de 15 de agosto, dos cruzados novos. E o próprio governo admite que certa parte do volume desbloqueado venha a ser destinada ao consumo, principalmente de bens duráveis. Mas, a julgar pelo que tem ocorrido com os valores desbloqueados em razão de decisões judiciais, e seu montante tem sido considerável, parece haver pouca possibilidade de que a liberação dos cruzados novos dará origem a um crescimento explosivo da demanda. Se houver opções atrativas, poderá prevalecer a tendência para a manutenção dos recursos que se tornarão disponíveis em aplicações no mercado financeiro.

Ao estabelecer juros de 8% ao ano mais a Taxa Referencial Diária (TRD) para os depósitos especiais resultantes dos recursos libérados, o governo já deu um passo decisivo nessa direção. O complemento desse esquema foi a definição pelo Banco Central das re-

gras de aplicação pelas instituições financeiras em títulos públicos federais que lastreiarão os depósitos especiais.

O que não poderia persistir, e já se notam indícios de uma reversão, é uma situação de excesso de liquidez no mercado, mesmo antes da liberação dos cruzados novos, o que levou a uma rebaixa dos juros na semana passada. O que se espera é que o governo, de agora em diante, pratique uma política monetária mais ativa, fazendo elevar os juros reais.

Se essa sintonia fina funcionar — e nossa expectativa é de que funcione —, o surto de crescimento que agora se observa no mercado interno poderá ter continuidade, com inegáveis benefícios sociais. O que não deve de forma alguma ocorrer é uma corrida consumista, que poderia vir a servir de pretexto para remarcações abusivas de preços. Mesmo estando excluída a possibilidade de um novo choque, o governo certamente tem à sua disposição instrumentos para a adoção de medidas restritivas que não interessam rigorosamente a ninguém. O ajuste, portanto, é um teste quanto à maturidade dos agentes econômicos.